

# O que é o agrupamento de tendência

Resistencia popular estudantil Paraná

julho de 2020

# Conteúdo

<b>1. Origem</b>	<b>3</b>
<b>2. Movimentos sociais, organizações políticas e o nível intermediário</b>	<b>5</b>
<b>3. A importância da tendência: por que se organizar no nível político-social?</b>	<b>7</b>
<b>4. Acordos da tendência:</b>	<b>10</b>
<b>5. Funcionamento prático da tendência</b>	<b>12</b>
<b>Referências</b>	<b>14</b>

# 1. Origem

O termo “tendência”, utilizado pela primeira vez em 1966, surgiu a partir de análises políticas da corrente especificista do anarquismo feitas pela Federação Anarquista Uruguaia (fAu). Naquela época, o Uruguai vivia um cenário de “democracia restrita”, em que o exército intervia sistematicamente nas greves das e dos trabalhadores em um contexto efervescente de mobilizações. Vale lembrar que a Revolução Cubana (1959) havia trazido, alguns anos antes, a esperança para alguns e o medo para outros de uma revolução social. Na Argélia havia lutas por libertação nacional e as respostas repressivas ultrapassavam limites continentais. O Brasil, por exemplo, vivia em plena Ditadura Militar. A América Latina estava (e continua) nos planos dos países imperialistas, não é de agora que enfrentamos dependência econômica, cultural e colonialismo. Não é de agora, também, que existe a necessidade de construir um movimento social que dê conta do nosso contexto e especificidades.

Na década de 60, a necessidade de construir o nosso movimento social (latinoamericano), sem depender de estruturas e análises importadas da Europa ou da América do Norte, estava em constante debate. O sentimento geral no sindicalismo era de individualismo e participação sem compromisso, segundo Mechoso (2017), militante da Federação Anarquista Uruguaia na época. Dentro das organizações políticas anarquistas, por sua vez, embates ideológicos vinham ocorrendo e o pragmatismo político estava paralisando o movimento. Era necessário, portanto, um movimento maior, livre dessas amarras pragmáticas, mas que se mantivesse combativo e capaz de reagir com violência se necessário. Mechoso (2017) afirma que, ao realizar ações no seio da população, não é necessário discutir dogmas, mas concordar com princípios práticos.

Neste momento havia também o Partido Comunista Uruguaio (PCU) seguindo a risca a estratégia da União Soviética, o que não agradava a todos no sindicalismo. O PCU havia adotado uma atitude pelega diante das greves porque, neste momento em específico, a URSS estava ao lado dos Aliados. Foram as insistências estratégicas que o enfraqueceu, explica Mechoso (2017).

No contexto da luta sindical, havia sido criada a Central Sindical Uruguaia (CNT), justamente para se contrapor à política reformista do PCU que estava sendo tocada na época. Dentro desta central, ou melhor, deste comitê, havia militantes que fugiam do campo anarquista. O mais importante naquele momento era reunir anticapitalistas e anti-reformistas no mesmo lugar. Antes mesmo da CNT (Central Sindical Uruguaia) ser criada, a fAu já tinha feito a análise de que trabalhos sólidos de militância estavam sendo executados junto a independentes e marxistas, caracterizando o que futuramente chamariam de Tendência Combativa, atuando dentro da CNT. As premissas da CNT, por outro lado, eram de respeitar a autonomia dos sindicatos ali dentro e não tolerar aparelhamentos.

Mais pra frente, em 1967, quando a fAu foi considerada ilegal no país e jornais da esquerda combativa foram fechados, obstáculos concretos se apresentaram para a organização política. Como a experiência da Tendência Combativa já havia ocorrido na Central Sindical Uruguaia (CNT), militantes da fAu convocam uma experiência organizativa unindo os níveis sindical e estudantil. Naquele momento havia muitas pessoas, para além da fAu, buscando maior regularidade e intensidade em suas ações. Cria-se, então, a Resistencia ObreroEstudiantil (ROE); não foi, portanto, uma criação artificial e teórica, mas uma ferramenta de luta que instrumentalizaria um corpo de militantes combativas/os e ativas/os.

## **2. Movimentos sociais, organizações políticas e o nível intermediário**

Entendemos que a sociedade como está organizada hoje tem como pilares diversas formas de dominação, que impõem condições de vida que não são dignas a muitas parcelas da população.

Quando pessoas em condições de vida parecidas se juntam para lutar em torno delas, temos um movimento social. Os movimentos por moradia unem pessoas que lutam por melhores condições de moradia. Os movimentos sindicais unem profissionais de uma categoria que lutam por melhores condições de trabalho. Os movimentos estudantis unem estudantes que lutam por melhorias na educação e assim por diante. Dentro de um mesmo movimento social podem existir diversas propostas práticas divergentes entre si. Segundo a fAu, ao tratar do movimento sindical (2013):

O sindicato está aberto a todos. Entre seus membros habitualmente existem as mais diversas opiniões e orientações políticas e ideológicas e é correto que assim seja. Essas distintas opiniões confrontam-se dentro da vida sindical e se a categoria tem – como deve ser – um tipo de organização que reflete com fidelidade a opinião de seus componentes, será a orientação majoritária a que reflete a opinião do sindicato. É necessário e lógico que estes se ocupem de temas que vão mais além da preocupação salarial, da luta econômica. Mas, na medida em que vão mais além, surgem as discrepâncias. Sobre métodos, sobre formas de atuar e, às vezes, inclusive, sobre programas. E tudo isso está bem. (fAu, 2013)

Por outro lado, existem grupos que não se unem por necessidades específicas de vida, mas por uma ideologia. Esses grupos são o que chamamos de organizações políticas. Muitos dos partidos políticos que disputam cargos no Estado são organizações políticas. Alguns destes partidos não são uma organização política unitária e sim uma junção de várias organizações políticas chamadas de correntes, que disputam a direção do partido. Também há organizações políticas que não participam da disputa do Estado, como as organizações anarquistas e comunistas anti-eleitoreiras. Para fazer parte de uma organização política é necessário que as e os militantes tenham acordos ideológicos rígidos, além de outros tipos de acordo.

A proposta do agrupamento de tendência é estar em um nível intermediário: nem tão amplo quanto um movimento social e nem tão restrito quanto uma organização política. Ou seja, não é necessário que haja acordo ideológico entre as pessoas que compõem a tendência, mas sim acordos práticos que não são necessários no movimento social. Na tendência nossos acordos mínimos são princípios que orientam a prática que acreditamos que deve ser difundida nos movimentos sociais em que atuamos. Nas palavras da fAu (2013):

Participar da tendência supõe aceitar um conjunto de definições que podem ser compartilhadas por companheiros de diversas extrações ideológicas, mas que já entranham certas exclusões (a dos reformistas, por exemplo), imprescindíveis quando se procura um mínimo de verdadeira coerência operativa. (fAu, 2013)

**3. A importância da tendência: por que se organizar no nível político-social?**

Como acabamos de ver, a tendência pode ser entendida como um nível intermediário entre o nível social e o nível político, já que não é nem tão ampla quanto o primeiro e nem tão restrita quanto o segundo no que diz respeito aos acordos exigidos entre as e os militantes.

Nossa estratégia geral de transformação baseia-se no acúmulo permanente de força social e nós entendemos que esse acúmulo precisa ser alcançado pelo amplo conjunto dos movimentos sociais e populares, ou seja, pela organização e pela luta dos povos explorados e oprimidos. Sendo assim, caberia questionar: se queremos uma transformação protagonizada pelos movimentos populares não seria simplesmente o caso de criar e participar destes movimentos? Por que defendemos que, ao mesmo tempo em que atuamos no nível social, devemos nos organizar também em outros níveis (como o nível da tendência/político-social)?

Para responder a essa questão basta analisar a realidade que nos cerca. A maioria das pessoas exploradas e oprimidas participa de movimentos sociais? E as que participam, fazem parte de movimentos que reivindicam apenas reformas pontuais ou ganhos de curto prazo ou que também apontam para uma transformação social mais profunda, que dê fim definitivo a todas as formas de dominação? Esses movimentos, em sua maioria, fortalecem a autoorganização do povo, semeando democracia direta, horizontalidade, autonomia e ação direta ou então eles fomentam a lógica hierárquica que separa dirigentes e dirigidos e fortalecem a democracia representativa, até mesmo funcionando como base de apoio a candidatos ou partidos eleitoreiros?

Se aquilo que a gente almeja (um povo forte, organizado em movimentos populares autônomos e combativos) está bem longe de corresponder à realidade que nos cerca (um povo desorganizado ou iludido com falsas lideranças ou soluções autoritárias) significa que apenas a nossa ação, a nossa capacidade de organização e de influência podem nos fazer caminhar na direção que desejamos. Mas isso só pode se realizar se planejarmos muito bem cada passo desse caminho e é precisamente esse o principal objetivo da tendência: guiar nossa prática a partir dos princípios em que acreditamos e que desejamos que o conjunto dos movimentos sociais e populares também passe a acreditar e a colocar em prática, disseminando desde já as sementes da sociedade futura. Por isso, dizemos que os principais acordos ou afinidades entre as e os militantes de um agrupamento de tendência são os chamados acordos programáticos e metodológicos, de natureza prática (explicaremos o que isso significa no tópico seguinte).

Nós defendemos que os espaços do nível social (centros acadêmicos, sindicatos, associações comunitárias, etc.) sejam abertos a todas e todos aqueles que querem se organizar e lutar por determinada pauta, bandeira ou categoria. Por conta desse caráter amplo, as reivindicações por ganhos de curto prazo costumam ser bem aceitas por todas e todos os participantes, porém, é natural que haja discordâncias a respeito de como lutar por determinada pauta, entre outras coisas. Por exemplo, se as/os estudantes de uma Universidade decidem se mobilizar pelo aumento no número de bolsas permanência pode ser que parte dos estudantes defenda a ocupação da Reitoria para exigir tal demanda, enquanto outra parte defende que os estudantes devem apoiar um candidato a Reitor que em sua campanha promete atender essa reivindicação. Existem vários fatores que podem levar a que uma posição seja adotada pela maioria dos estudantes ao invés da outra, e um deles é a capacidade de influência dos atores envolvidos.

Nós entendemos que, se desejamos imprimir uma linha regular e consequente de ação autônoma e combativa no Movimento Estudantil, a ferramenta de organização que melhor atende ao nosso propósito é a tendência, pois ela implica um grau de organização maior que o nível social e menor (ou seja, mais amplo) que o nível político. Com essa linha bem definida, podemos influenciar para que nossas posições sejam majoritariamente defendidas e colocadas em prática pelo conjunto dos estudantes, ao mesmo tempo em que não ideologizamos o nível social – o que afastaria a base dos processos de discussão e deliberação. Um exemplo de ideologização no nível social seria construir uma chapa para o centro acadêmico apenas com pessoas com quem concordamos ideologicamente ao invés de entender o centro acadêmico como um espaço de articulação de todas e todos os estudantes do curso.

Nossa atuação deve justamente ir ao sentido de incentivar a participação igualitária e não de restringir a participação àqueles com quem concordamos. Porém, atuando junto a quem discordamos, devemos construir, a partir de nosso trabalho cotidiano, um campo de influência que possibilite que nossas posições sejam compreendidas e defendidas pela maioria das pessoas com quem atuamos, pois entendemos que essas posições são as que mais nos aproximam de atingir nossos objetivos de curto a longo prazos. Além disso, compreendemos que não existe vácuo de poder: se não conseguimos influenciar os espaços

em que estamos inseridas/os, outros campos, como os reformistas, autoritários ou mesmo a ideologia dominante podem fazê-lo. Nesse sentido, aponta Felipe Corrêa (2010):

Sabemos que nossas propostas diferem muito de outros setores da esquerda que trabalham com os movimentos populares. Por isso, é de suma importância a nossa organização como uma tendência para a promoção de nossos objetivos programáticos e metodológicos, dando força à nossa proposta e agregando permanentemente militantes dos movimentos populares que concordam com nossas propostas ou mesmo militantes que têm vontade de realizar trabalho social e que também estão de acordo conosco. (Corrêa, 2010)

Outra importante função que atribuímos à tendência é a de promover, no seio dos movimentos sociais que se mobilizam por ganhos de curto prazo, o desejo por transformações sociais mais radicais e definitivas:

Pode-se começar por uma reivindicação concreta, mas para que a ação não se esgote e termine assim que o problema for solucionado, deve-se ter, desde o princípio, uma perspectiva mais ampla. Mostrar às pessoas que com movimento a gente pode conseguir, não uma, mas várias coisas, que se unindo, lutando juntos, criamos consciência da própria força. (fAu, 2013)

Nesse sentido, cabe também à tendência relacionar problemas pontuais sentidos na pele por setores do povo com questões estruturais; mostrar, por exemplo, que o desinvestimento no Ensino Superior público não é política de um só governo, mas sim de um sistema econômico que coloca o Brasil em uma posição dependente de importar ciência e tecnologia produzida por outros países.

Toda reivindicação concreta é manifestação parcial localizada de problemas mais gerais. Em matéria de reivindicações salariais, por exemplo, é fato que todas elas chocam-se com uma política geral do governo. Assinalar este fato utilizando a luta reivindicativa para esclarecer, no nível de massas, os motivos e características desta política, é tarefa que às vezes não se pode realizar pelo sindicato. Nestes casos, a agrupação deve fazê-la como tal. (fAu, 2013)

Por fim, resumimos a importância da tendência com a seguinte citação de Corrêa (2013):

[...] ela [a tendência] proporciona um espaço de interação entre os diversos militantes que compartilham visões semelhantes e serve para aumentar a força social de sua incidência nos campos populares, aumentando seu poder de influenciar estes campos e impedindo que outras pessoas ou agrupamentos, que possuem concepções contrárias, possam fazer prevalecer suas visões ou usar outros militantes para atingir seu próprio objetivo. A tendência dá coerência operacional aos militantes que atuam com objetivos claros e bem definidos e constitui a “cara” da militância no dia-a-dia do trabalho social. Diferente de aspirar ser a vanguarda dos movimentos, ela tem a função de fermento e de motor; deve estimular os movimentos populares, garantindo que eles possuam a capacidade de promover suas próprias lutas, tanto reivindicativas (curto prazo), como transformadoras (longo prazo). Os militantes da tendência constituem parte do povo e promovem o protagonismo popular, ou seja, têm por objetivo criar um povo forte. (Corrêa, 2010)

## **4. Acordos da tendência:**

programa, estratégias, táticas e metodologias de trabalho Um programa articula uma leitura da realidade presente (Onde estamos?), o que envolve tanto elementos estruturais quanto conjunturais, tendo o primeiro uma característica mais permanente enquanto o segundo varia de acordo com as políticas econômicas e políticas vigentes, os objetivos finalistas (Onde queremos chegar?) e um caminho para sairmos de onde estamos para onde queremos chegar em um determinado período de tempo (curto, médio e longo prazos). Isso que chamamos de caminho pode ser denominado também como estratégia:

Entendemos que a estratégia é o caminho que escolheremos para esta transformação, ou seja, uma estrada. E se temos um destino definido, é bom que peguemos a estrada correta, pois uma estrada errada nos levará a um destino diferente. Por este motivo acreditamos que devemos nos preocupar com os meios que nos conduzirão aos fins desejados: para nós, são os meios que escolhermos que nos conduzirão aos objetivos. (...) Não acreditamos na máxima “os fins justificam os meios”; para nós são os meios que escolhermos que determinarão os fins em que chegaremos. (Corrêa, 2010)

Se são os meios que determinam os fins, nós precisamos prestar atenção em cada passo que damos para não correremos o risco de desviar do nosso caminho. Nós podemos chamar esses passos de táticas, que são ações concretas de caráter momentâneo e flexível que têm por objetivo promover a estratégia. Assim:

[...] a estratégia proporciona somente lineamentos gerais para um período. É a tática que a encarna na realidade concreta, atual, o que a traduz em feitos. As opções táticas, à medida que respondem a problemas mais precisos, concretos e imediatos, podem ser mais variadas, mais flexíveis. Todavia, não podem estar em contradição com a estratégia. Uma concepção estratégica- tática adequada tem de levar em conta, como dissemos, a situação real e o período para o qual se prevê. (Mechoso, 2009)

São essas táticas, ou seja, as ações que empreendemos no cotidiano de nossa prática política, que “dão a cara” da nossa organização para a base e para as outras forças com quem atuamos. Por isso, é importante que estejamos alinhados também em termos metodológicos, ou seja, na forma com que vamos promover nosso trabalho militante.

Nesse sentido, se a ampliação das políticas de permanência estudantil é uma de nossas estratégias, a ocupação da Reitoria pode ser uma de nossas táticas em determinado período. Uma vez ocupada a Reitoria, defender que todas as decisões sejam tomadas em plenárias pelo conjunto das e dos ocupantes com igual direito à voz e à voto é uma metodologia a ser adotada, bem como manter contato com a base estudantil que não está participando da ocupação, uma vez que consideramos importante que a ocupação tenha legitimidade perante a base.

## **5. Funcionamento prático da tendência**

Por agrupações [de tendência] entendemos organismos estáveis, estruturados internamente, com meios próprios de atuar, que desenvolvam uma ação permanente. Nas agrupações deve-se proceder com amplitude, sem sectarismos, mas sobre a base de posições claras e precisas. (fAu, 2013)

Se concordamos com a importância da tendência, como fazer com que ela cumpra o seu propósito? Temos propostas que partem da nossa própria experiência de organização, mas temos também o acúmulo que parte de outros agrupamentos de tendência como o nosso.

Um primeiro acordo é sobre onde está a base de nosso trabalho militante. Entendemos que devemos atuar nos locais nos quais estamos inseridas/os cotidianamente, em contato com as pessoas que experimentam as mesmas adversidades que nós experimentamos. No contexto estudantil universitário, é atuar em nossos próprios cursos, fomentando debates que partam da realidade compartilhada que temos com as e os colegas de estudo e profissão. Também é nesse nível que devemos construir referência política e fortalecer espaços de deliberação igualitários, para fomentar localmente a cultura política de participação e de mobilização.

Outro aspecto importante da prática é tornar os espaços acessíveis, e para isso a organização é primordial. Reuniões são espaços essenciais e para o seu bom funcionamento e adesão é necessário que sejam explícitas as pautas, o local e a data/horário. E, para que os espaços de reunião vão além de uma atividade burocratizada, é preciso que haja abertura para que todas/os exercitem as capacidades de informação, avaliação, deliberação e registro.

O registro se faz através de relatorias, com responsável ou responsáveis já determinados no início ou antes da reunião. Essas relatorias servem para informar às e aos ausentes, mas também para gerar registro e memória das atividades. É possível que também se faça necessária uma mediação ou coordenação da reunião e, se for, que responsáveis por essa tarefa sejam determinados previamente, da mesma forma que a relatoria. Coordenar uma reunião consiste em observar os tempos e ordem de fala, para que a dinâmica da reunião flua sem grandes empecilhos.

Por fim, parte da prática da tendência é construir materiais de propaganda. Para isso precisamos de uma identidade visual que remeta ao coletivo e avaliar a quem essa propaganda é direcionada. Uma propaganda voltada a um curso, universidade ou campus pode não funcionar da mesma forma em outro local, mas podem também haver propagandas mais gerais ou menos direcionadas. O principal é que ela parta do que é acordo prévio dentro da tendência. Assim preservamos a autonomia de cada local ao planejar ações e materiais de propaganda enquanto preservamos também a nossa unidade enquanto coletivo.

Vale observar que todos os espaços precisam ser acessíveis a todas e todos, então sempre precisamos levar em consideração quando temos militantes que são mães e pais, para que possam levar seus filhos ou, ainda, se há militantes com diversidades psicomotoras que dificultem ou inviabilizem a participação na reunião. Esses apontamentos são principalmente sobre o funcionamento interno da tendência, mas podem e devem ser extrapolados para a atuação no nível social.

# Referências

CORRÊA, Felipe – O Agrupamento de Tendência (2010) Link: [quebrandomuros.files.wordpress.com](http://quebrandomuros.files.wordpress.com)  
Federación Anarquista Uruguaya (fAu) – Sindicato e Tendência (2013) Link para baixar o PDF:  
[we.riseup.net](http://we.riseup.net)  
MECHOSO, Carlos Juan– A estratégia do Especificismo (2009) Link: [anarquismorj.wordpress.com](http://anarquismorj.wordpress.com)  
MECHOSO, Carlos Juan – Entrevista ao ITHA [Parte 2]: La organización de tendencia (2017) Link  
para assistir: [www.youtube.com](http://www.youtube.com)

Biblioteca Anarquista



Resistencia popular estudantil Paraná  
O que é o agrupamento de tendência  
julho de 2020

[rpeforipa.libertar.org](http://rpeforipa.libertar.org)

[bibliotecaanarquista.org](http://bibliotecaanarquista.org)